

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Imparcial

Class.: 186

Data: 04/09/85

Pg.: _____

Reserva indígena poderá virar mais um Município

Por não ter sido executado um convênio celebrado entre a FUNAI e o Governo do Estado do Maranhão, em 1979, com recursos de Cr\$ 160 milhões pagos pelo órgão federal, o povoado de São Pedro dos Cacetes, localizado dentro da Reserva Indígena de Canabrava, no Município de Grajaú, poderá ser transformado em município autônomo, conforme projeto que tramita na Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Iedo Lobão. Agora a Fundação Nacional do Índio, que naquela época gastou o dinheiro para desocupar a área dos índios guajajaras, está querendo saber como é que se pode criar um Município dentro da reserva indígena.

O povoado de São Pedro dos Cacetes e mais os de Alto Alegre e Lagoa Comprida, sendo os dois últimos pertencentes ao Município de Barra do Corda, eram consideradas áreas de tensão constante entre índios e brancos por causa da invasão da reserva dos guajajara pertencente ao PI-Canabrava. No final da década de 70, quando os conflitos de terra passaram a ser mais violentos por causa da grilagem, os índios passaram a exigir das autoridades providências contra os "civilizados" que estavam devastando suas terras, derrubando as florestas, dizimando a caça e avançando sobre os "baixões", consideradas as áreas mais férteis.

No povoado de Alto Alegre, onde os frades capuchinhos mantinham o domínio sobre uma grande faixa localizada dentro da reserva, além de um convento centralizado no meio do núcleo habitacional, os conflitos com os índios começaram no começo do século. Em 1901 os guajajara, revoltados com um surto de sarampo que matava inúmeras

crianças índias, resolveram atacar o convento e matar dezenas de padres, freiras e leigos. Com o decorrer dos anos, o massacre de Alto Alegre jamais foi esquecido por ambas as partes, havendo até lendas a respeito do assunto.

REMANEJAMENTO

Em 1979 o então governador João Castelo assinou um convênio com a Fundação Nacional do Índio e o ministro do Interior, Mário Andreazza, através do qual o Governo do Estado recebeu Cr\$ 160 milhões, mediante o compromisso de transferir as 1.200 famílias que habitavam Alto Alegre, São Pedro dos Cacetes e Lagoa Comprida, num projeto de reassentamento denominado de "Projeto Barra do Corda".

Por causa da transferência de três importantes redutos eleitorais e por se tratar de remover uma quase secular estrutura implantada pela Igreja em Alto Alegre, o assunto se transformou, na época, numa palpitante briga política. O resultado foi a indenização das 340 famílias que moravam em Alto Alegre, que não aceitaram ser removidas para a área pretendida, em Buriticupu, sem qualquer infra-estrutura habitacional, mas ficando intactos os povoados de Lagoa Comprida e São Pedro dos Cacetes, sendo este o maior de todos.

Pela exposição de motivos encaminhada em 1979 ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, pelo presidente do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), Benito Ferreira Lemos, pelo representante do Estado do Maranhão, Arnaldo de Assis Bastos e pelo delegado da FUNAI, Alípio Leuy, "a área indígena invadida por civilizados está encravada dentro da reserva de Cana Brava, compreendendo

os povoados de Alto Alegre, São Pedro dos Cacetes e Lagoa Comprida".

E depois de afirmar que os conflitos naquela região datam do início do século, o documento adverte que a "tensão tende a agravar, estando exigindo das autoridades constituídas, solução rápida e eficaz, sob pena de eclodir, em futuro próximo, verdadeira beligerância entre índios e civilizados, com repercussão negativa do problema no panorama internacional".

A área escolhida ficava as margens da BR 222, próxima da infraestrutura, incluindo um hospital de 300 leitos, um aeroporto de 2 mil metros, do Projeto de colonização da COLONE. O projeto consistia de uma área de 215 mil hectares, programado para o assentamento de 3.500 famílias, em lotes de 50ha. Dos Cr\$ 161.570 milhões aplicados no Convênio pela FUNAI, caberia Cr\$ 134 mil para cada família.

NOVO MUNICÍPIO

Depois de cinco anos, a população de São Pedro dos Cacetes quase triplicou e com ela a infraestrutura habitacional, de energia elétrica, água encanada e usinas de beneficiamento de arroz, além de madeireiras. Entre os sete projetos de transformação de povoados em Município, apresentado por Iedo Lobão, do PDS, inclui-se São Pedro dos Cacetes.

Uma alta fonte da FUNAI no Maranhão afirmou que não sabe como é que esse tipo de problemas pode ser criado, quando a Constituição Federal é taxativa sobre a utilização de área de índio, especialmente quando se trata de reserva demarcada.